

A PROTEÇÃO COLETIVA DAS PESSOAS DEFENSORAS INDÍGENAS, AFRODESCENDENTES, DA TERRA, DO TERRITÓRIO E DO MEIO AMBIENTE NA AMÉRICA LATINA



Resultado do diagnóstico participativo realizado por
Brigadas Internacionais de Paz e a Rede ALLIED
(Alliance for Land, Indigenous and Environmental Defenders)

Fanzine ★ *Maio 2025*

ATORES ENVOLVIDOS



Brigadas Internacionais de Paz (PBI, na sigla em inglês)

Organização Não Governamental
Oferece acompanhamento internacional
para pessoas defensoras e comunidades
em resistência em situação de risco.

ALLIANCE FOR LAND,
INDIGENOUS AND
ENVIRONMENTAL
DEFENDERS

É integrante da Rede ALLIED

Rede mundial da sociedade civil

Incentiva a ação de atores múltiplos para uma
mudança sistêmica : Reconhecimento, Apoio,
Proteção das Pessoas Defensoras Indígenas da Terra
e do Meio Ambiente
(ILED, na sigla em inglês)



OBJETIVO E ATIVIDADES

Consolidar os conhecimentos tanto da PBI como da Rede ALLIED sobre Proteção Coletiva.

Identificar oportunidades concretas que lhes permitam às pessoas ILED localizadas na região latino-americana, fortalecer suas estratégias no assunto

COMO?



Realização de um diagnóstico participativo na América Latina.

PARA QUE?

Compreender o contexto que enfrentam as pessoas ILED + as respostas desenvolvidas para encará-lo.

ONDE?

Pesquisa mais profunda no **México, na Colômbia, no Equador e na região da tríplice fronteira amazônica localizada entre o Peru, o Brasil e a Colômbia**. Realização de 3 estudos de caso na Colômbia, no Brasil e no Equador.



RELATÓRIO FINAL

APRESENTA

- ✿ uma análise do contexto e do quadro jurídico-legal existente sobre a Proteção Coletiva
- ✿ um quadro conceitual da Proteção Coletiva
- ✿ um mapeamento das estratégias existentes nos territórios
- ✿ os achados finais – de contexto – relacionados com os obstáculos para a defesa e as capacidades e estratégias desenvolvidas
- ✿ as recomendações principais para a ALLIED e para os doadores

FORAM FEITAS

METODOLOGIA

destinada a fortalecer as capacidades em Proteção Coletiva das pessoas ILED que lidam com riscos na linha de frente nos territórios.

COMPÕE-SE DE 4 MÓDULOS



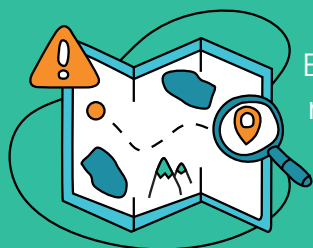
MÓDULO 1

Introdução à proteção coletiva e à análise de contexto



MÓDULO 3

Introdução ao quadro legal no âmbito da defesa dos direitos humanos, dos direitos indígenas, da terra e do meio ambiente e construção de estratégias de incidência política



MÓDULO 2

Elaboração de uma análise de risco coletivo e troca de estratégias de Proteção Coletiva entre territórios



MÓDULO 4

Construção de respostas reativas de proteção.

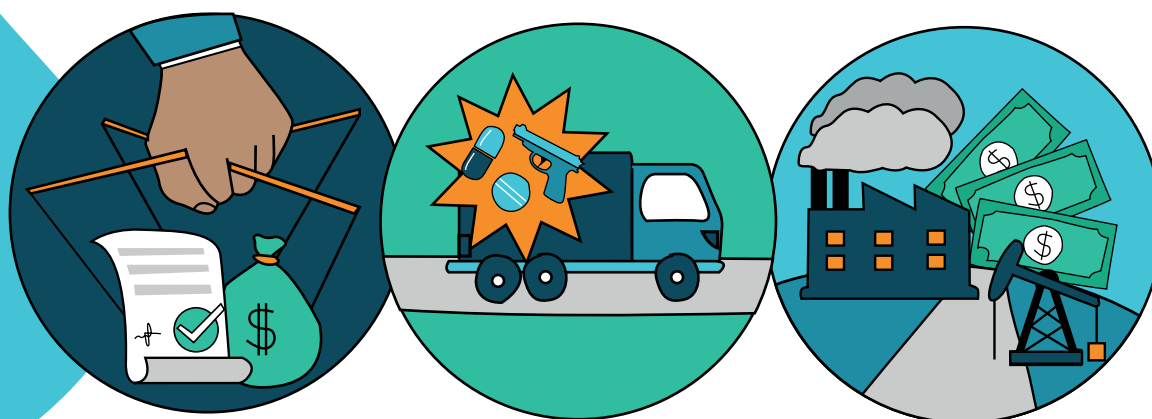
VOCÊ PODE CONSULTAR A METODOLOGIA NO RELATÓRIO FINAL COMPLETO EM:
<https://drive.google.com/file/d/1ioSgcNuo9LgoSDWN9QnK7J6Rg4eqF3TU/view>

PRINCIPAIS ACHADOS DO RELATÓRIO FINAL

DE CONTEXTO

As redes de macrocriminalidade são o principal ator agressor em nível regional atualmente. Um padrão observado em todos os territórios analisados consiste em que os poderes político, econômico e criminal se associam para assentar sua governança criminal com o fim de gerar lucro.

Para tanto, diversificam e combinam suas atividades e tráficos ilegais.



Com o objetivo de entrar para depois manter e firmar seu poder em um território, **as redes de macrocriminalidade procuram aniquilar os processos coletivos de resistência e/ou, expulsar a população inteira da terra que querem controlar.** Isso pode se alcançar por meio de várias estratégias
→ divisão comunitária e/ou o uso da criminalização, da violência e do terror.

Essa associação com os atores criminais despolitizados é muito preocupante já que eles representam um ator que não é sensível ao custo político e que, portanto, não responde perante o Direito Internacional.

Os Estados estão na origem da proliferação do poder criminal e seguem hoje lucrando com sua presença e com as atividades ilícitas perpetradas.

A associação dos interesses econômicos, políticos e criminais faz cada vez mais difusa a fronteira entre as atividades econômicas extrativistas legais e ilegais.

Apesar de contar com um quadro legal cada vez mais robusto, os Estados demonstram uma profunda falta de vontade para implementá-lo.



E mesmo quando existe interesse por parte do aparelho estatal em erradicar os grupos armados ilegais, é preocupante observar a falta de mecanismos de submissão e coordenação interinstitucional verdadeiramente eficazes.



Durante a realização da presente pesquisa, observaram-se mudanças drásticas no contexto como



o deterioro alarmante da situação de segurança de um defensor do território que tem colaborado ativamente no diagnóstico participativo.

a crise humanitária em várias partes da Colômbia, em particular na região do Catatumbo.

o regresso do presidente Trump ao poder nos Estados Unidos



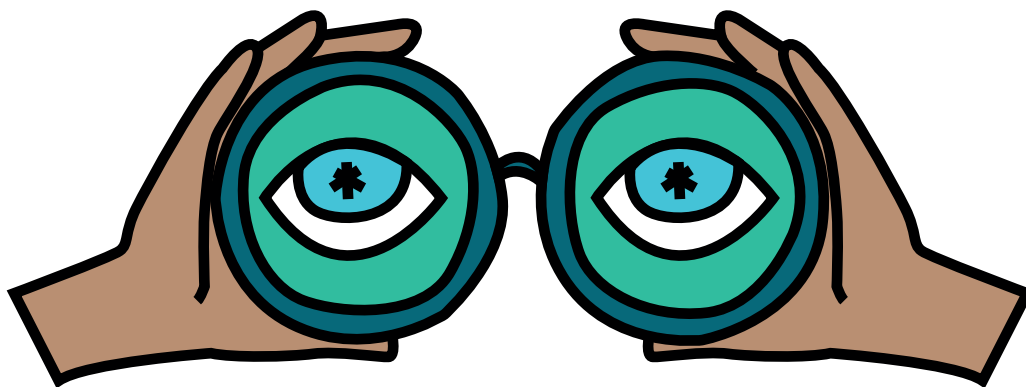
consequências dramáticas para a região, para os corpos racializados, diversos e para a defesa da terra e da vida.

um ponto de inflexão na consolidação de alianças

tecnocapitalistas

e políticas de ultradireita em nível mundial

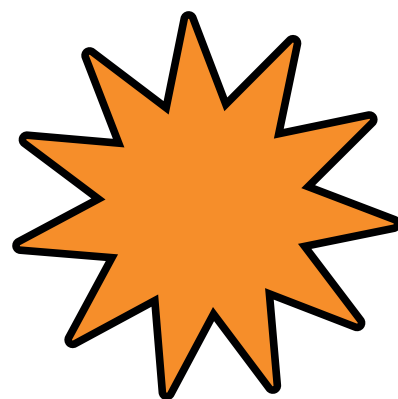




É fundamental reafirmar a profunda
necessidade de ler as **violências** com as **lentes**
da análise sistêmica e histórica, para
compreender a maneira como se originam.

A VIOLÊNCIA ATUAL NÃO SE PODE DISSOCIAR DO SISTEMA HEGEMÔNICO RACISTA, DISCRIMINANTE, PATRIARCAL E CAPITALISTA

em que vivemos hoje.

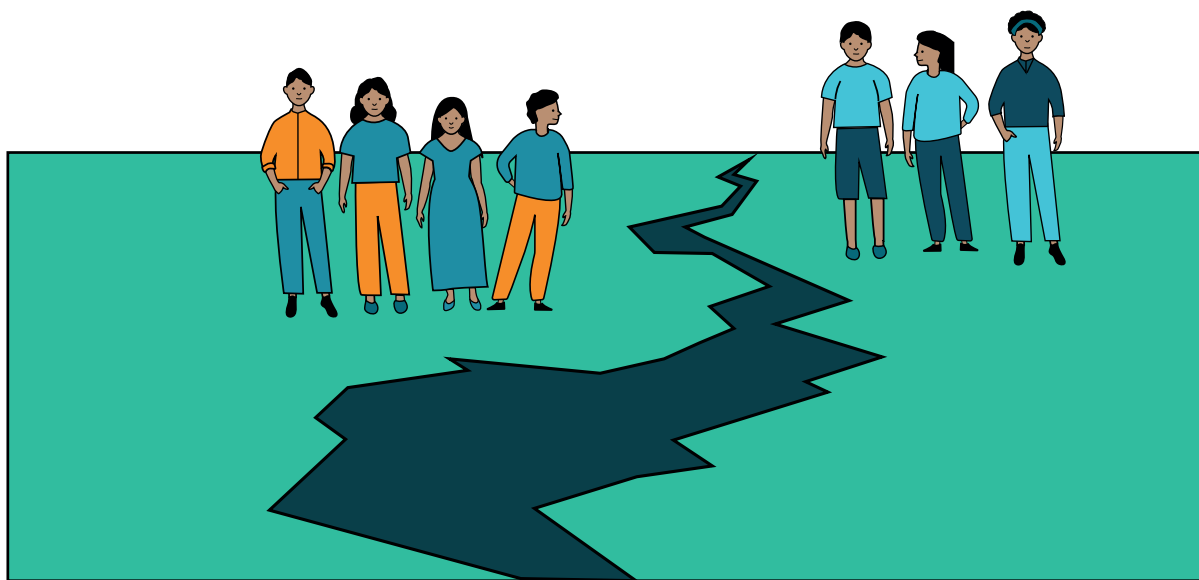


OBSTÁCULOS E CAPACIDADES OBSERVADAS

Como resultado do contexto adverso se observou com preocupação:

a precariedade em que se desenvolvem muitos dos processos de defesa que colaboraram na pesquisa.

que as pessoas ILED coincidem em reconhecer a divisão comunitária como uma das principais ameaças enfrentadas.

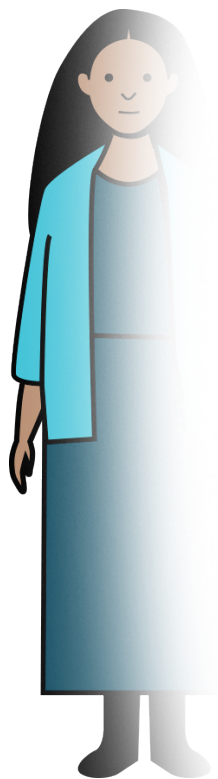


Às vezes, à estratégia intencional dos atores agressores de “dividir para reinar”, soma-se o dano gerado pela ação de ONGs e/ou doadores que, por sua falta de compreensão das dinâmicas comunitárias e dos territórios aos que se aproximam, **terminam potencializando as brechas** existentes.

Cultura hegemônica contra



faz com que



os povos originários, afrodescendentes e as
pessoas ILED estão submetidas a um proces-
so de “**desidentificação**”

a despolitização observada dentro de alguns processos organizativos

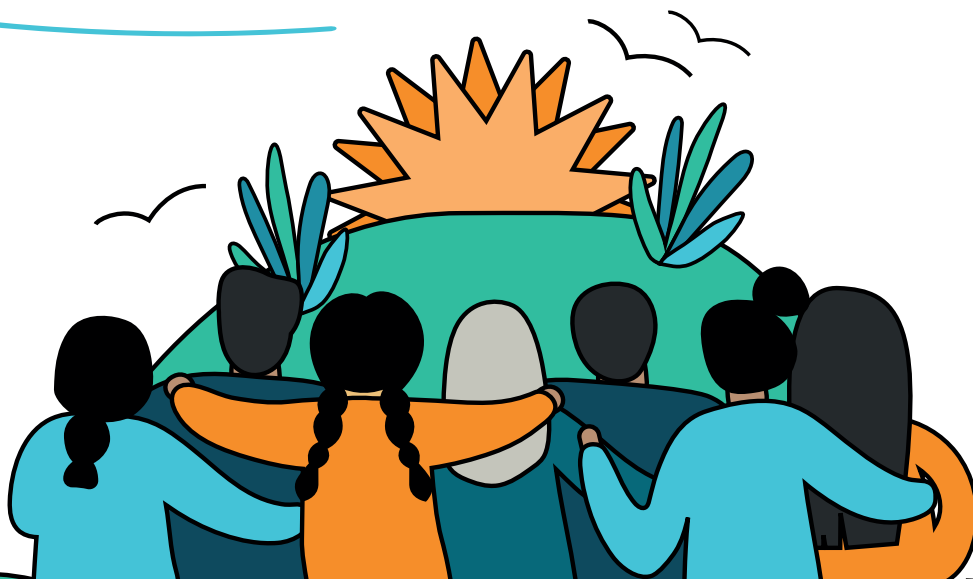
- perder a memória do processo de defesa,
- esquecer as causas estruturais do dano sofrido,
- perder o sentido da resistência pode resultar em mais divisões internas e em lutas pouco sustentáveis no tempo.

Perante a ameaça de desidentificação e de despolitização, a autodeterminação aparece como um exercício fundamental

CONTUDO



aumenta o risco das pessoas ILED! → implica que os atores agressores renunciem a um território inteiro e às oportunidades de lucro que ele representa, coisa que de fato não estão dispostos a aceitar.



Diante dos obstáculos: **ornam-se mais valiosos ainda o valor e a resistência que demonstraram as pessoas ILED**

→ **Todas contam com uma ou várias estratégias de Proteção Coletiva.**

→ **A maioria das estratégias de Proteção Coletiva desenvolvidas são, sobretudo, profundamente preventivas, criadoras de vida, de comunidade e de sabedoria.**

→ **As pessoas ILED costumam contar com aliadxs e coalisões fortes e diversas que sabem alertar quando é preciso para dar apoio no atendimento das necessidades que não conseguem resolver sozinhas.**

QUADRO CONCEITUAL DA PROTEÇÃO COLETIVA

A Proteção Coletiva está intrinsecamente vinculada ao fortalecimento das, des e dos sujeitxs políticxs.

Vai muito além da esfera digital, física ou psicoemocional. Passa pela construção e o fortalecimento de hábitos, práticas sociais, medidas e estratégias que se enquadram nos diversos âmbitos que estruturam o coletivo social e organizacionalmente.

Esses âmbitos são os que, trabalhados em conjunto, permitem gerar respostas de Proteção Coletiva integrais e sustentáveis a longo prazo.

✿ A preservação da identidade, particularmente entre gerações

✿ A recuperação da memória histórica dos processos de defesa

✿ O exercício da autonomia

✿ O respeito das práticas espirituais e culturais do grupo

✿ A proteção do território das vidas diversas que o habitam

são partes fundamentais das estratégias de Proteção Coletiva

É fundamental esclarecer que:

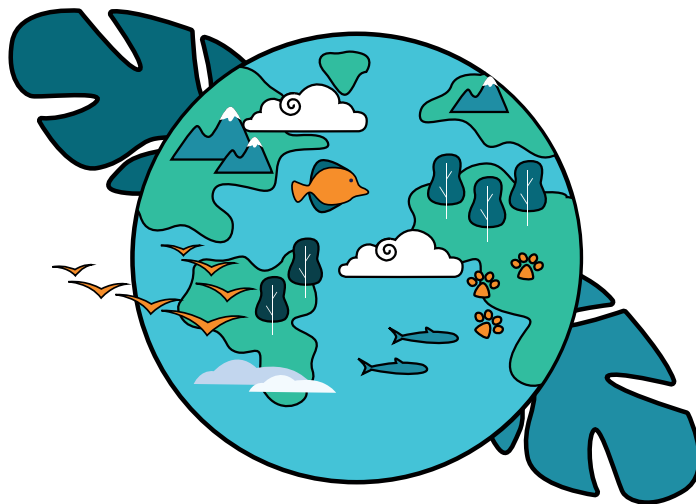
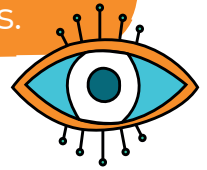
→ **a Proteção Coletiva e a individual não se contrapõem, mas que se interrelacionam e se complementam entre si.**

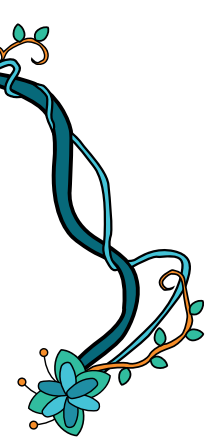


MAPEAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO COLETIVA EXISTENTES NOS TERRITÓRIOS LATINO-AMERICANOS

Cada situação e território é único e requer uma resposta própria. **Assim como em um ecossistema a biodiversidade é chave para a resiliência, as estratégias de proteção devem ser diversas e adaptadas a cada território.**

Não há uma resposta que sirva para todos os contextos. É a combinação de experiências, saberes e ferramentas o que fortalece a capacidade de resistência e cuidado das comunidades.

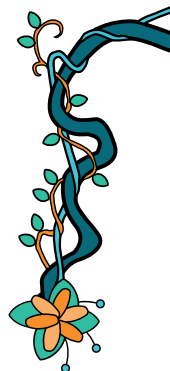




As seguintes estratégias não são exaustivas, mas emblemáticas, devido ao impacto positivo que supõem para as pessoas ILED e/ou os territórios em que moram.

Mais exemplos no relatório completo em:

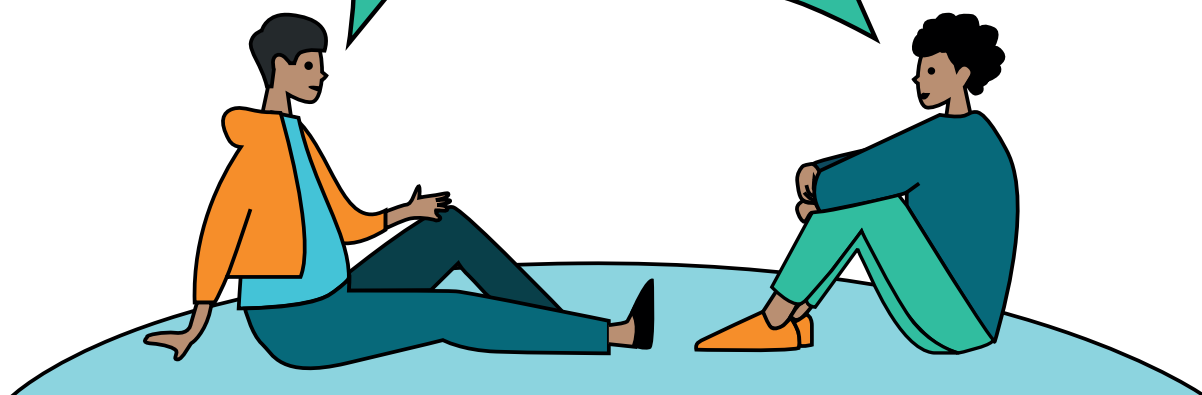
<https://drive.google.com/file/d/1ioSgcNuo9LgoSDWN9QnK7J6Rg4eqF3TU/view>



Qual é o papel da documentação na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos?

Que obstáculos enfrentam aqueles que documentam desde os territórios?

Como essa informação pode gerar mudanças reais?



A partir da documentação e da geração de dados, o Centro de Informação sobre Empresas e Direitos Humanos (CIEDH) organiza espaços coletivos de análise, implementando capacitações para as pessoas defensoras de base que querem documentar nos territórios. Oferecem conselhos sobre que tipo de plataforma usar e sobre os critérios para documentar.



**MUITAS ORGANIZAÇÕES EM
NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL
DOCUMENTAM!**

- Centro Ecumênico de Direitos Humanos no Equador
- Somos Defensores na Colômbia
- Global Witness e Frontline Defenders em nível global.

ANÁLISE (DE CONTEXTO, DE CONJUNTURA E DE RISCO)



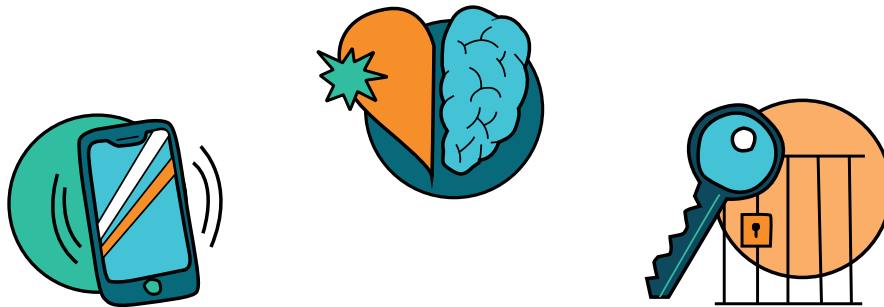
Metodologia da transformação não violenta de conflitos de Serviços e Assessorias para a Paz A.C (SERAPAZ)

- 1** Diagnóstico do conflito.
- 2** Localizar o autor que pode gerar transformações no contexto.
- 3** Identificar o balanço de poderes entre os atores em disputa.

Esse exercício detalhado de análise permite que SERAPAZ e os atores envolvidos construam roteiros e acordos que respondam à situação específica, permitindo caminhar para uma resolução positiva do conflito sofrido¹.

¹ Reunião com León Pérez, excoordenador da área de terra e território de Serapaz, Setembro 2024.



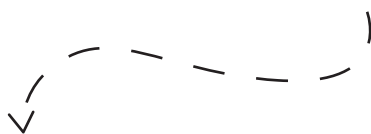


MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO HOLÍSTICA (CORPORAL FÍSICA, PSICOSSOCIAL, DIGITAL)

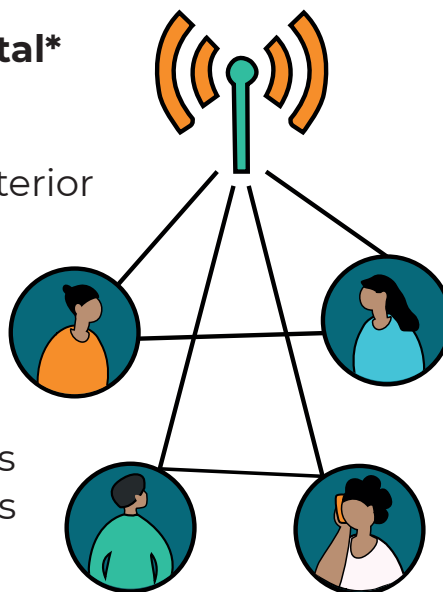
Estratégias de segurança digital*

Starlink e Redes Comunitárias

Comunicação com o mundo exterior
Redes comunitárias

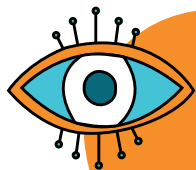


instalação de pontos estratégicos
dentro da comunidade, operados
e gerenciados por ela mesma.



Starlink

Conexão satelital com opções por-
táteis e fixas para conectar seus
dispositivos.



ATENÇÃO: propriedade de Elon Musk, conhecido
por apoiar governos autoritários de direita e ultradi-
reita.

*Reunião com membros do NUPEF, novembro de 2024.

ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO PSICOSSOCIAL



CASA DE RESPIRO DA FLORESTA

A Casa de Respiro da Floresta oferece uma resposta à necessidade de saídas temporárias de espaços de risco em momentos de aumento de ameaças, dando atenção especial ao impacto que a relocação tem nas pessoas defensoras, em suas comunidades e processos organizativos. Acolhe pessoas indígenas, quilombolas e camponesas, oferecendo um espaço em que se podem construir medidas de proteção individuais e coletivas que favoreçam ser retorno seguro. No futuro, a aposta é adquirir um espaço mais amplo com plantas, hortas e animais. Isso permitiria que as pessoas defensoras continuem com suas práticas agrícolas e tenham um entorno mais confortável e familiar.



ESTRATÉGIAS PREVENTIVAS DE SEGURANÇA FÍSICA

UM EXEMPLO DE AÇÕES ENTRE TERRITÓRIOS

Na região da Amazônia as comunidades e redes de povos indígenas têm criado estratégias transnacionais para responder ao constante deslocamento e desarraigamento de suas lideranças ameaçadas. No sul da Colômbia, o problema é que ao deslocar a população ameaçada poucas lideranças permanecem no território. A estratégia alternativa tem sido o traslado de pessoas ameaçadas para outras comunidades indígenas que fazem parte de uma rede de confiança. Isso permite uma troca de estratégias entre diferentes comunidades e a continuidade do processo organizativo e de resistência territorial.

Essa estratégia funciona bem, principalmente em locais onde os atores armados ilegais não têm um alto nível de coordenação com aqueles que estão na comunidade em que a pessoa ameaçada vai se refugiar.



CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS E ACAMPAMENTOS HUMANITÁRIOS

ABRIGOS HUMANITÁRIOS

espaços **permanentes** delimitados pelas comunidades, destinados para fortalecer os processos organizativos no meio da violência.



ACAMPAMENTOS

temporais e estabelecidos apenas em situações de risco, desmontados uma vez que tais situações param. Ambos os tipos de espaço estão protegidos pelo Direito Internacional Humanitário e são usados para facilitar a incidência da atenção humanitária do Estado.³



Abrigo humanitário de Senú Faná na Comunidade Indígena Los Almendros # 2, Antioquia, aberto em 2022 por organizações sociais e comunidades do Bajo Cauca com o acompanhamento da Corporación Jurídica Libertad (CJL) e conformado pelas 14 autoridades indígenas do município assim como por 3 vilarejos próximos à terra indígena.

2 Artigo 48 do Protocolo adicional à Convenção de Genebra de 1949 relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados internacionais e o Artigo 13 do Protocolo II adicional à Convenção de Genebra de 1949 relativo à proteção das vítimas dos conflitos armados internacionais, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1977. <https://www.icrc.org/sites/default/files/external/>

3 Pesquisa preenchida pela Corporación Justicia Libertad (CJL).

MEDIDAS DE PROTEÇÃO TERRITORIAL

CRIAÇÃO DE GUARDAS INDÍGENAS: O EXEMPLO DO CAUCA, COLÔMBIA

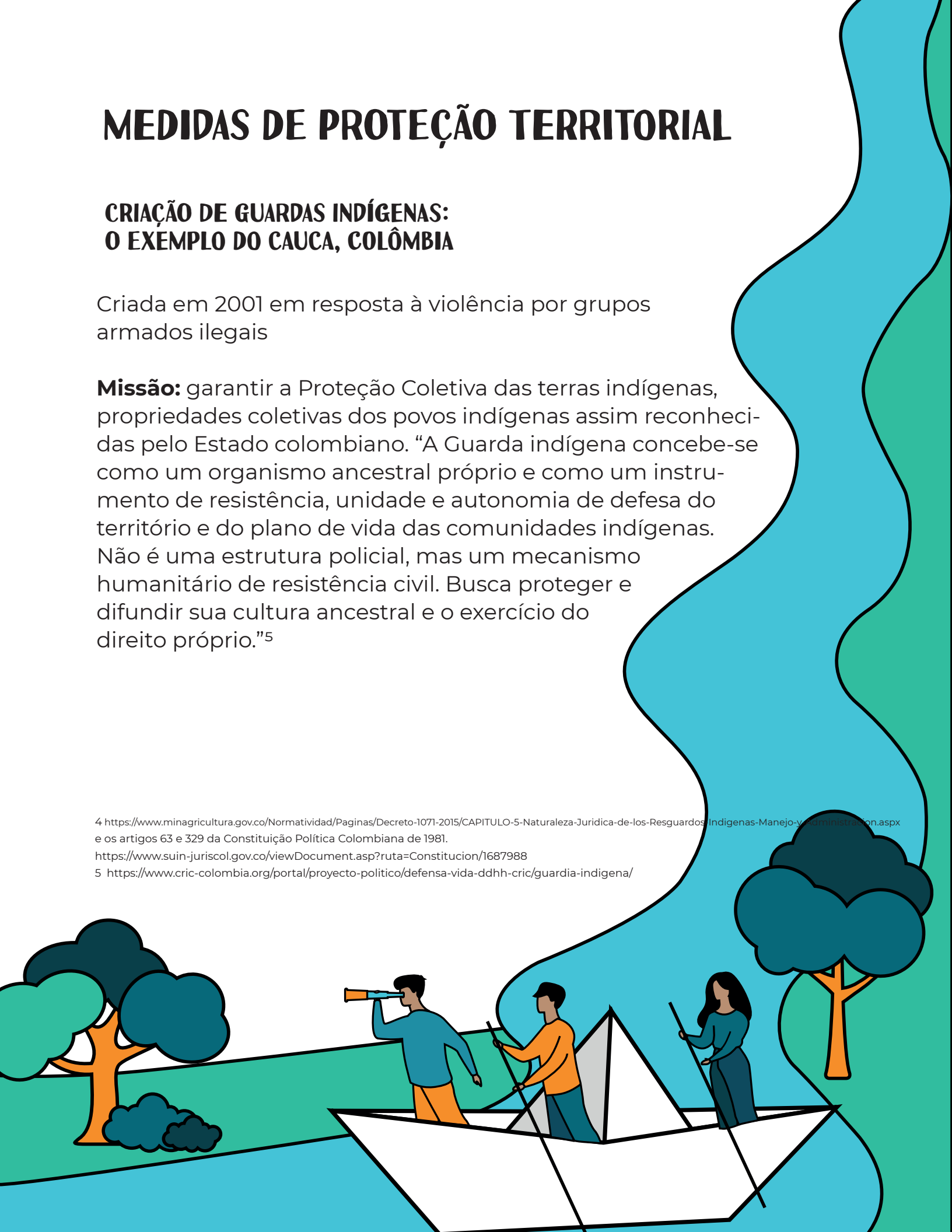
Criada em 2001 em resposta à violência por grupos armados ilegais

Missão: garantir a Proteção Coletiva das terras indígenas, propriedades coletivas dos povos indígenas assim reconhecidas pelo Estado colombiano. “A Guarda indígena concebe-se como um organismo ancestral próprio e como um instrumento de resistência, unidade e autonomia de defesa do território e do plano de vida das comunidades indígenas. Não é uma estrutura policial, mas um mecanismo humanitário de resistência civil. Busca proteger e difundir sua cultura ancestral e o exercício do direito próprio.”⁵

4 <https://www.minagricultura.gov.co/Normatividad/Paginas/Decreto-1071-2015/CAPITULO-5-Naturaleza-Juridica-de-los-Resguardos-Indigenas-Manejo-y-Administracion.aspx> e os artigos 63 e 329 da Constituição Política Colombiana de 1981.

<https://www.suin-juricol.gov.co/viewDocument.asp?ruta=Constitucion/1687988>

5 <https://www.cric-colombia.org/portal/proyecto-politico/defensa-vida-ddhh-cric/guardia-indigena/>



**Conformada por crianças,
jovens e pessoas adultas**

COMO ATUA?

Percorre as terras indígenas para monitorar o que acontece, observa os pontos de controle que permitem saber quem entra e quem sai e pergunta pelo bem-estar das famílias. Esses pontos de controle estabelecidos pela Guarda não só garantem a segurança das comunidades, também reafirmam sua autonomia e fortalecem a resistência.

A Guarda Indígena do CRIC tem sido um referente para outras guardas em todas as Américas, incluindo as regiões em que aprofundamos: Equador, Peru, México e Brasil.



No relatório completo você pode encontrar outros exemplos dessas guardas e de suas formas de organização.

EXERCÍCIO DA AUTONOMIA

O AUTORRECONHECIMENTO

A legislação nacional no Peru, mesmo que permite o reconhecimento das comunidades nativas, não reconhece a figura da Nação. Diante dessa omissão no quadro jurídico-legal nacional e da rejeição contínua das autoridades estatais para atendê-la, o povo Wampi optou pelo autorreconhecimento, direito garantido pelos padrões internacionais. Assim, em 2015, tornaram-se o primeiro povo indígena autoconformado e reconhecido como Nação no Peru. A Nação Wampi defende os territórios titulados, mas também os ocupados. “A defesa do território assume-se sob a premissa de que os estados ocupados são herança dos avôs, nós desenvolvemos essa autoconsciência de assumir a defesa dos territórios titulados, mas também ocupados, que os estados nos expropriaram.”⁶.



RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA

É fundamental recuperar, socializar internamente e entre gerações e manter viva a memória histórica de um processo de defesa para garantir que seja mantido ao longo do tempo. Supõe um maior desafio porque os atores em oposição nos mantêm intencionalmente em um campo de jogo reativo, impedindo assim a existência de um espaço para observar, compreender o que está acontecendo e fazer memória sobre as experiências de resistência desenvolvidas ao longo do tempo. Em Xochicuautla, Estado do México, México, as e os moradores viram a paz comunitária afetada pela construção de uma estrada nas imediações de seu território que viola, entre outros, o direito à consulta e a um meio ambiente sadio. Nos acordos finais assinados entre o governo do Estado do México e a comunidade, sob a observação de organizações nacionais e organismos internacionais, o povo exigiu que o Estado construísse na comunidade uma Casa da memória em que fosse exposto o processo de resistência Xochicuautla contra a construção da estrada. A casa da memória será construída por integrantes do povo com o objetivo de gerar emprego e graças a recuperação de materiais de uma casa demolida no contexto da repressão do Estado perpetrada contra as pessoas defensoras da comunidade



FORTALECIMENTO ORGANIZACIONAL E/OU COMUNITÁRIO

Construção de Grupos Comunitários e Comemoração Comunitária criados em resposta a ameaças específicas na Perla Amazônica (ADISPA)⁷

Um grupo de mulheres continuou se organizando apesar das ameaças perpetradas contra sua presidenta por parte de gangues armadas ilegais.



→ Projetos de reflorestamento nas margens do rio

foram ampliando suas ações para a capacitação e a juntanza, isso as blindou diante do grupo armado que não sabe reagir a essas atividades,

AINDA MAIS ORGANIZADAS POR MULHERES!

Esta estratégia permite-lhes resistir pacificamente e proteger a comunidade sem confrontações diretas.



⁷ Reunião com Carlos Fernández, Consultor, Novembro 2024.

⁸ Juntanza faz referência à união das pessoas, nesse caso foi feita para comemorar.

PROTEÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL E RESPEITO DAS TRADIÇÕES E PRÁTICAS ESPIRITUAIS

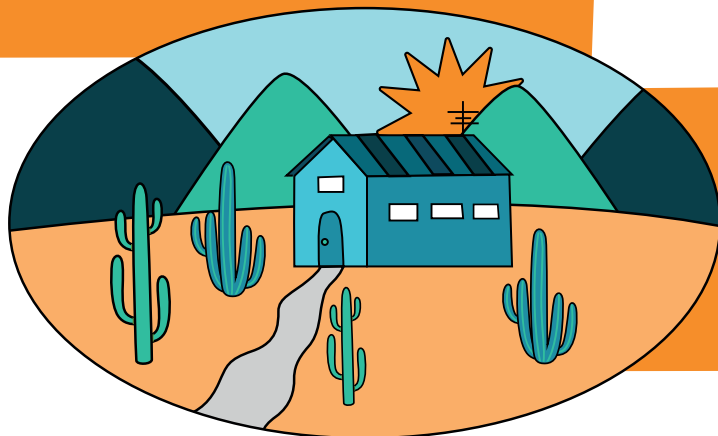
PROTEGER A IDENTIDADE CULTURAL

O cuidado coletivo não significa apenas “ir a terapia”

As ações que fortalecem a comunidade são essenciais para reafirmar a identidade coletiva e o sentido da luta.

Tribo Yaqui*, estado de Sonora, México

Construiu uma escola autônoma em resposta à imposição cultural por meio dos poderes hegemônicos



funciona faz 5 anos
com professoras e pro-
fessores do mesmo
povo.

Tem desafios orçamentários, mas até o presente permitiu fomentar o conhecimento da própria identidade desde a primeira infância com o fim de garantir a continuação da luta ao longo das gerações.

*Reunião realizada com Mario Luna, membro da Tribo Yaqui, Povo Vicam, Sonora, México



MANTER AS TRADIÇÕES E A PROTEÇÃO ESPIRITUAL

Comunidade de Las Abejas, Chiapas, México

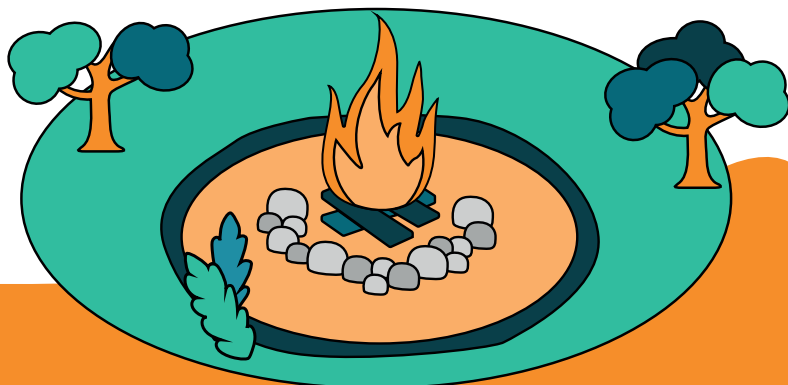
As orações e os jejuns fazem parte das estratégias de proteção da comunidade.

Guadalupe Vásquez Luna, sobrevivente do Massacre de Acteal, conta:

**“QUANDO ACONTECEU O
MASSACRE (...) AS PESSOAS
ASSASSINADAS ESTAVAM EM
JEJUM E ADORAÇÃO”**



Para Guadalupe isso significa que elas entregaram sua vida para pedir um futuro melhor para as outras pessoas da comunidade.





INCIDÊNCIA POLÍTICA

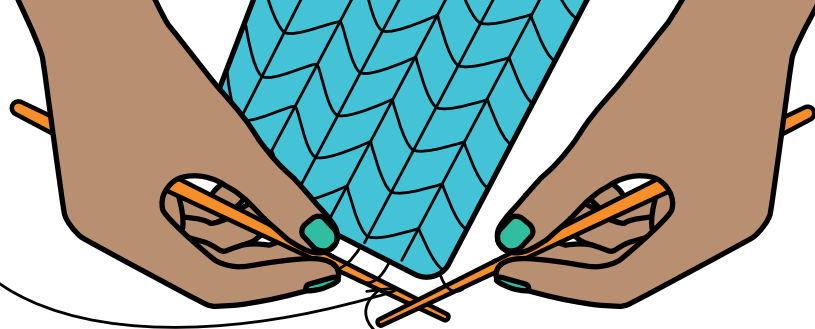
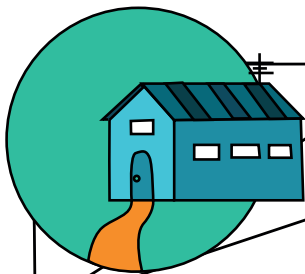
AS MEDIDAS COLETIVAS DE ACADESAN



A incidência de ACADESAN, organização de comunidades negras com títulos coletivos de terras em Chocó, marcou uma mudança crucial na maneira como as políticas públicas na Colômbia abordam a proteção de pessoas defensoras de direitos e comunidades em risco. Em 2023, após anos de luta, lograram um acordo com 23 agências do governo nacional para implementar 49 medidas de Proteção Coletiva. Elas incluem o fortalecimento dos processos organizativos através, por exemplo, de oficinas e encontros de sabedores de ACADESAN organizados em colaboração com o Ministério de Cultura para a recuperação de saberes ancestrais. Também considera a mitigação do impacto do conflito armado, entre diversas ações, por meio da entrega de botes e lanchas de diferentes tamanhos para realizar missões humanitárias ou acompanhar o deslocamento forçado, quando for preciso. Essa perspectiva reconhece que a proteção individual é insuficiente diante dos riscos derivados do conflito armado, o deslocamento forçado e a degradação ambiental.⁹



9 Parra Bayona com comentários iniciais de Elizabeth Moreno Barco, Tejiendo vínculos entre autoprotección y protección colectiva: la experiencia de ACADESAN en Colombia, Accountability Research Center, Accountability Working Paper 18, 2024.
https://accountabilityresearch.org/wpcontent/uploads/2024/04/Parra_proteccion_colectiva_WP_18_ADA.pdf



CONSTRUÇÃO DE REDES

RESPOSTA MULTIATOR DIANTE DE UMA EMERGÊNCIA

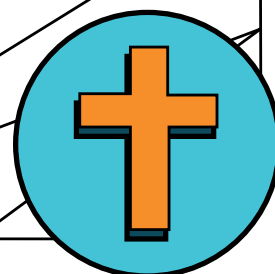
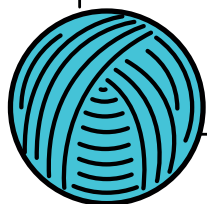
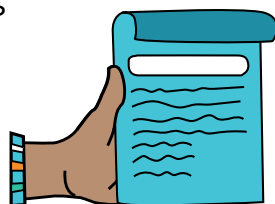
Articulação entre atores da igreja, organizações da sociedade civil, organismos e autoridades internacionais, comunidades locais etc.

As redes salvam!

As respostas articuladas salvam!

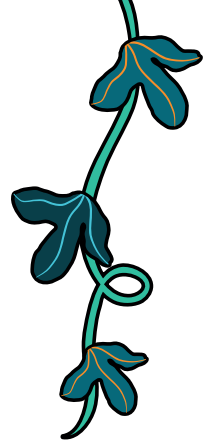
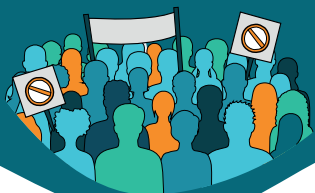
Exercer pressão nacional e internacional

- ✿ Ligar
- ✿ Escrever cartas
- ✿ Denúncias públicas ou privadas (analisar segundo a situação de risco) coletivas
- ✿ Petições claras



COMUNICAÇÃO E VISIBILIZAÇÃO

Criação de alertas reativas para a denúncia e a visibilização: Rede de Direitos Humanos de Putumayo, Colômbia.¹⁰



Objetivo:

defender o território, a vida e a paz em resposta à expansão petrolífera na região.

¹⁰ Reunião com a Rede de Direitos Humanos de Putumayo, Colômbia, Novembro de 2024.
<https://www.facebook.com/Red.DDHH.Putumayo/>



Espaço interétnico

**comunidades
indígenas e camponesas**



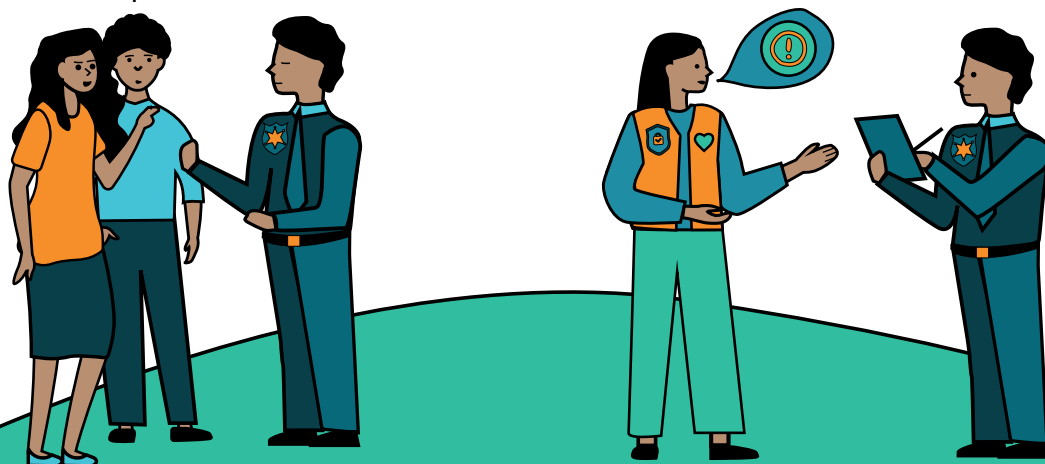
1 Enfoque na pedagogia e na formação



ferramentas e informação atualizada, capacitando as pessoas para a defesa de seus direitos.

2 Da denúncia pública para a denúncia indireta para se proteger das represálias

Valer-se de organizações internacionais para denunciar fatos locais.



Antes de denunciar: análise exaustiva do impacto junto com a família ou a comunidade afetada, obtendo seu consentimento e avaliando as possíveis consequências.

A denúncia (pública ou privada, direta ou indireta)

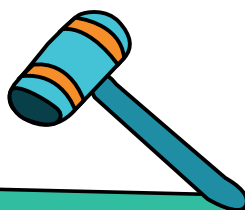
1 Visibiliza a situação + busca gerar solidariedade, apoio externo e pressão por parte das instituições responsáveis para que atuem efetivamente.

2 Incita a pesquisas formais.



Objetivo: oferecer cobertura jurídica e apoiar os esforços de justiça minimizando riscos locais.

DEFESA JURÍDICO-LEGAL

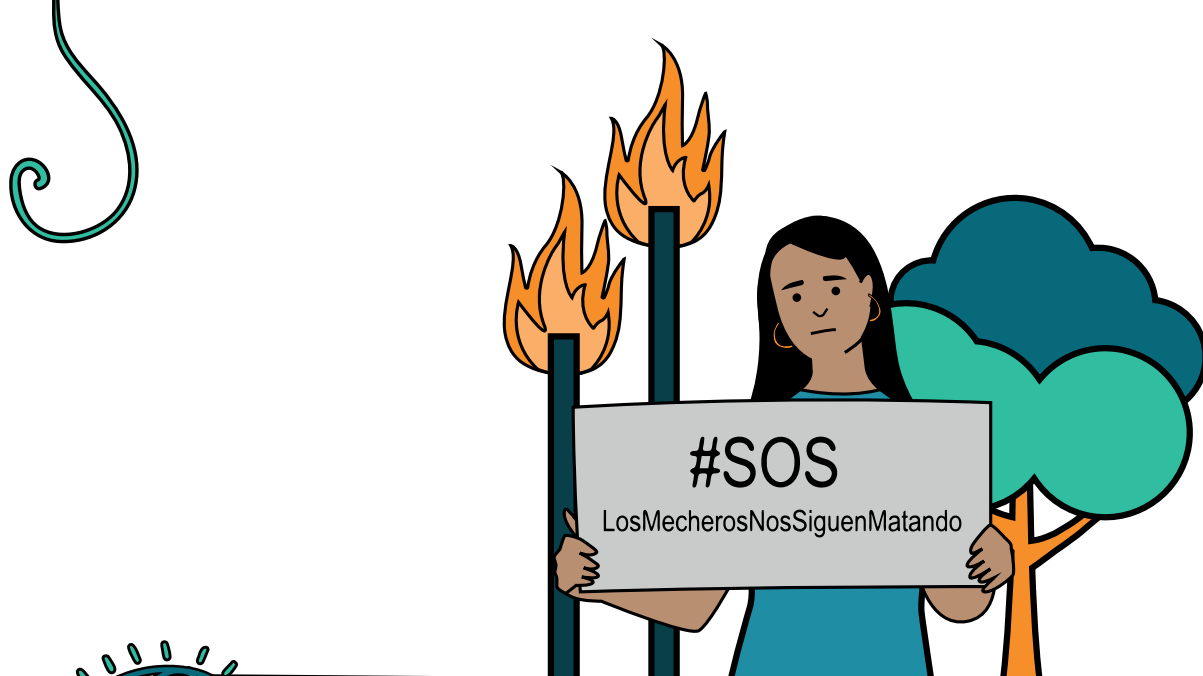


O Caso Mecheros-UDAPT, Equador¹¹

UDAPT ganhou recentemente um caso emblemático contra os petroleiros em sua região. A estratégia judicial baseou-se na demanda apresentada em 2019 por nove meninas equatorianas que tinham entre 7 e 15 anos quando iniciou o processo contra o Estado equatoriano pelo uso de bicos [mecheros] para queimar o gás residual da produção petrolífera. Numa sentença em segunda instância, foi ordenada a eliminação desses bicos em áreas próximas a povoados e foram requeridos estudos de água para diagnosticar a possível presença de metais pesados. A Corte Constitucional está revisando agora o caso, enquanto a situação nas zonas afetadas continua sendo crítica. As comunidades enfrentam altos índices de doenças graves como o câncer, especialmente entre as mulheres.



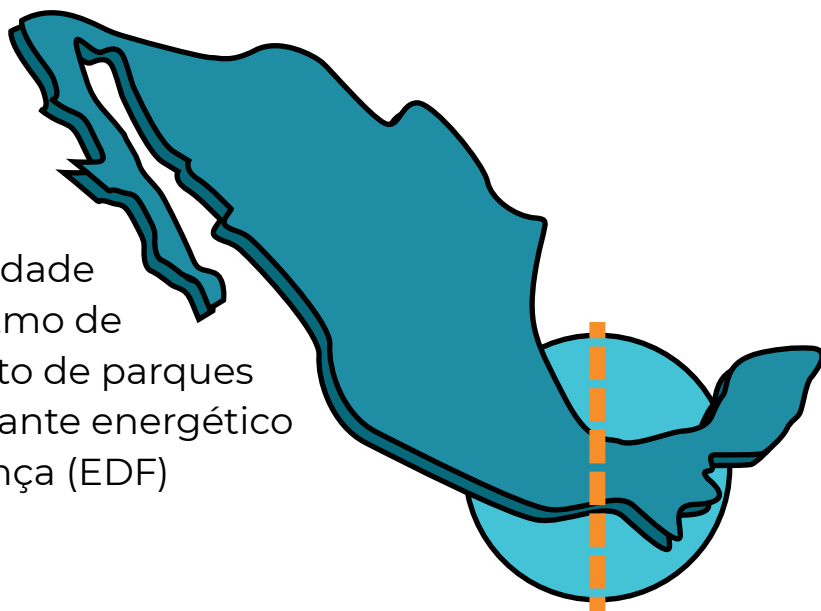
¹¹ Reunião com membros de UDAPT, Outubro 2024. <https://udapt.org/conocenos/>



Apesar da sentença, as autoridades não implementaram medidas efetivas, limitando-se a redirecionar o gás para zonas não povoadas ao invés de eliminar definitivamente o uso dos bicos.

O LITÍGIO INTERNACIONAL E A DILIGÊNCIA DEVIDA

Resistência de uma comunidade indígena oaxaquenha do Istmo de Tehuantepec contra o projeto de parques eólicos Gunaa Sicarú do gigante energético francês, Eletricidade da França (EDF)





Apoio de ONGs e defesa do ambiente/dos direitos humanos
A comunidade de Unión Hidalgo usou uma cláusula de extraterritorialidade da lei francesa sobre a Diligência Devida das Empresas para litigar perante o Tribunal Civil de Paris.



EDF é acusado de

não cumprir com sua responsabilidade de diligência devida (violação do direito ao consentimento prévio, livre e informado)

ameaças, agressões e intimidações contra pessoas defensoras.



PASSO CRUCIAL

em junho de 2024, a Corte de Apelações de Paris admitiu a demanda apresentada pela comunidade.¹³



¹² Francia aprueba la ley sobre el deber de vigilancia de las empresas, Observatorio de Responsabilidad Social Corporativa, 22 de febrero 2017. <https://observatoriorsc.org/francia-aprueba-la-ley-deber-vigilancia-las-empresas/>

¹³ El tribunal de apelaciones de París admite demanda civil contra el parque eólico de EDF en México, Estefanía Díaz, Prodesc, 18 de junho 2024. <https://prodesc.org.mx/el-tribunal-de-apelaciones-de-paris-admite-demanda-civil-contra-el-parque-eolico-de-edf-en-mexico/>

RESPOSTA À EMERGÊNCIA

Os fundos de apoio financeiro diante da emergência

Alternativa frente às falhas das instituições de governo

O fundo de emergência de Frontline Defenders permite financiar medidas de:

✿ segurança digital ←

✿ apoio psicossocial ←

✿ segurança física ←



Fundos de apoio

Resposta reativa diante de incidentes de segurança e ameaças graves.

Por exemplo: a organização Frontline Defenders ampliou seu conceito de proteção para um olhar mais preventivo.*

dispor de eletricidade às noites ou contar com conectividade também é segurança.

*Reunião com Julia Lima, Oficial de Proteção para as Américas, Frontline Defenders, julho de 2024.

Coordenação e redação de conteúdo: Zia Kandler, Mélanie Paboeuf
Ilustração e design: Iván Salazar

